

Coluna do Castello

Quem inspirou os cinco anos

É provável que o presidente do PMDB, Sr. Ulysses Guimarães, seja atendido no seu veto à formação de blocos suprapartidários na Constituinte. O PMDB, divergindo internamente e pluralmente, não perde de vista a importância da legenda comum, que será a base da eleição municipal do próximo ano. Uma cisão poderá ser produzida pela sucessão presidencial na data em que ela se realizar, mas, aí, serão candidaturas inconformadas que tentarão quebrar a unidade histórica da frente pemedebista em benefício próprio.



Se essa é a tendência dominante do PMDB e se isso está na linha do interesse da grande maioria do partido, não falta razão ao senador Carlos Chiarelli quando prevê como inevitável a divisão da Constituinte em blocos informais por força da conjugação de interesses e pontos de vista doutrinários e ideológicos. O grande choque entre a esquerda e a centro-direita deverá ocorrer na medida em que os esforços de consenso estão situados numa faixa de deputados e senadores competentes mas carentes de liderança sobre a massa dos constituintes.

Está provado que esse tipo de liderança, que supera as contradições e impõe soluções assimiláveis pelo conjunto, só pode ser exercido no estilo do deputado Ulysses Guimarães, que vai ganhando tempo com a transferência de decisões para uma data que haverá de situar-se no limite final do tempo e no espaço. Por isso mesmo é importante o papel do presidente da Constituinte e do PMDB, uma dupla condição que lhe permite conter em fórmulas dilatórias seu partido e a assembléia, conduzindo-a segundo as normas de um calendário que por si mesmo adia os choques definitivos.

Nem cisão precipitada nem conciliação geral em torno de um projeto que, em suas peças fundamentais, deverá ir ao voto, uma a uma. Há questões como a reforma agrária, objeto aliás de um projeto propício a entendimentos de autoria do senador Severo Gomes, a definição da ordem econômica, na qual o mesmo senador não é fator de conjugação, a estabilidade no emprego, recursos públicos exclusivos para ensino público, que criarão formações parlamentares nem sempre as mesmas para preservar concepções sectárias. Há evidentemente questões que podem gerar entendimentos, como os limites da anistia e a recomendação para reserva de mercado em matéria tecnológica, princípio que ficará sempre pendente de decisões dos sucessivos governos, e outras em torno das quais o grupo de trabalho inspirado pelo Sr. Ulysses Guimarães pode equacionar bem.

Questões políticas, como o sistema de governo, deverão dividir até o final, dada a resistência compacta da corrente presidencialista à tendência mais numerosa inicialmente em favor do parlamentarismo. O tal "presidencialismo mitigado" de que falam alguns políticos, e entre eles militares, tem tantas variedades na sua formulação que não será fácil obter o consenso sobre essa prévia divisão de poderes entre o presidente da República e o Congresso Nacional.

O mandato evidentemente não conciliará, tal o fogo com que o senador Mário Covas se entrega à luta, estimulando com seu prestígio e sua presença a mobilização popular que o PT e o PDT sozinhos não conseguiriam levar a nível impressionante. Mas, conhecida a disposição do presidente José Sarney de aceitar o mandato que lhe conceder a Constituinte, deve-se supor que não foi por leviandade ou por ambição pessoal que o presidente da República dirigiu-se à nação para anunciar o propósito de governar até 1990, isto é, por cinco anos. A intenção aponta outra fonte.

Tendo a presidência lhe caído às mãos de maneira inesperada, ele não teria inicialmente qualquer plano ou projeto. A opção pelo tempo de duração do mandato teria sido herdada de Tancredo Neves, se se acreditar que o velho mineiro pensasse realmente em limitar-se, se a saúde o ajudasse, a ficar quatro anos no governo. O presidente Sarney chegou a declarar-se pelos quatro anos mas reconheceu à Constituinte o poder de definir o período. Tecnicamente não lhe caberia pronunciar-se sobre uma questão que ou se resolveria pela norma constitucional em vigor ou seria revista pela Assembléia Constituinte instalada por iniciativa dele.

Conduzindo um processo de transição, no qual os militares são ainda parte e em face da divisão dos políticos em correntes diversas, defrontou-se com convocações de eleição obviamente direta pois a Constituição assim o determina já após a instalação da Assembléia e a partir daí em datas diversas, ao sabor dos interesses políticos em jogo. Os militares que o assessoram como ministros terão, por herança do processo de transição e pelas condições desarmônicas do país, a pretensão de aconselhar o governo no sentido de tomar decisões que consideram menos traumáticas.

A esta altura já se sabe que o general Leônidas Gonçalves, com o consentimento dos generais Ivan Mendes e Bayma Denis, é pelos cinco anos e adiantou que o Alto Comando do Exército também entende que as coisas devam se passar desse modo. O presidente José Sarney, menos por vontade própria do que para atender a uma das fontes da transição — a que lhe é mais próxima —, tem se declarado pelos cinco anos.

Mas é claro que cabe à Constituinte decidir, e a decisão será tomada oportunamente, sem a precipitação aconselhada pelo relator Bernardo Cabral. O presidente influirá mas é claro também que o Alto Comando ainda tem peso próprio nas decisões políticas.

Carlos Castello Branco